

# ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 15

Nº 45

Julho/Dezembro/2003

---

---

## CONTEÚDO

<b>Políticas Energéticas Essenciais ao Desenvolvimento da Economia Catarinense</b> <i>João Randolfo Pontes</i>	1
<b>Surge mais um Agricluster em Santa Catarina: A Carcinicultura</b> <i>Francisco Gelinski Neto</i>	5
<b>Os Reflexos do Mercosul sobre o Agribusiness Brasileiro e Catarinense: O Caso do Leite</b> <i>Luiz Alberto Nottal e Arlei Luiz Fachinello</i>	9
<b>Ongs e Estado Atuando na Provisão de Bens Públicos: Pode o Contribuinte estar sendo Duplamente Tributado?</b> <i>Ivonete da Silva Ramos e Carmen R. Ortiz G. Gelinski</i>	12
<b>IDH/Banco Mundial: A Distorção da Realidade Brasileira</b> <i>Gilberto Montibeller</i>	15
<b>China: Uma Maré Montante</b> <i>Hoyêdo Nunes Lins</i>	17
<b>Dissertações de Mestrado defendidas no Curso de Pós-Graduação em Economia da UFSC – 2001</b>	24

# Energéticas Essenciais ao Desenvolvimento da Economia Catarinense

João Randolfo Pontes\*

## Introdução

Uma das preocupações das Nações Unidas, da OCDE e dos vários centros de pesquisa em energia nas economias desenvolvidas, está relacionada com a identificação das necessidades mundiais de energia e com as descobertas de novas alternativas de fontes energéticas. Na Conferência Internacional para as Aplicações Pacíficas da Energia Atômica em 2000, a “*Cambridge University*” e o “*Department of Trade and Industry*” (UK), apresentaram dois dos melhores trabalhos sobre as perspectivas energéticas mundiais. Suas pesquisas se dirigem para analisar o crescimento das populações, produção industrial, consumo de energia e combustíveis clássicos, assim como a sua produção, nos últimos cem anos.

Através de hipóteses razoáveis eles estimam o aumento do consumo de energia comercial (taxa não inferior à do crescimento no último século = 1,3%) para avaliar o tempo de duração das reservas mundiais desses combustíveis. Os resultados obtidos são os seguintes: na hipótese de que nenhuma nova fonte de energia venha a ser utilizada industrialmente, as reservas mundiais dos combustíveis clássicos como o carvão, xisto betuminoso, petróleo e gás natural, não serão suficientes para, juntamente com a energia proveniente de todas as quedas d’água utilizáveis, atender o crescimento do consumo previsto para os próximos cem anos. Se medir a quantidade dos combustíveis em bilhões de toneladas de carvão, equivalentes na produção de energia, as reservas mundiais atuais seriam as seguintes: a) carvão e lenhito = 3.000; b) petróleo e gás = 300; c) xisto = 150.<sup>1</sup>

Sendo uma solução e um problema para o desenvolvimento durável, a energia é um vigoroso insumo que sustenta a vida industrial e urbana. É difícil imaginar uma economia industrial nos moldes atuais sem o uso da energia. Mas ela é também o principal elemento das causas da poluição e de outros problemas relativos a saúde humana e ao equilíbrio ambiental. Atualmente, cerca de dois bilhões de pessoas, isto é, um terço da população mundial, não tem acesso a nenhuma forma de energia moderna. São pessoas pobres que vivem nas zonas rurais e dependentes do carvão a lenha e da madeira como combustível para cozinarem e se aquecerem.

Embora esses combustíveis tenham um custo menor, eles são grandes contribuintes para a poluição da atmosfera e produzem problemas respiratórios que, segundo estimativas, matam, a cada ano, mais de um milhão de crianças com menos de cinco anos. Agrega-se a isso também a grande devastação das florestas que vem prejudicando a biodiversidade que constitui a base das atividades agrícolas,

---

\* Professor do Departamento de Economia/ UFSC.

<sup>1</sup> OCDE (1999), “*Energy: The Next Fifty Years*”, Paris, France, pp. 1 – 160.

pecuárias, pesqueiras e florestais e, também, a base para a estratégica indústria da biotecnologia.

### **Diferentes formas de energia e seu papel na sociedade contemporânea**

As várias formas de uso da energia moderna ainda são dominadas pelo uso dos combustíveis fósseis tradicionais: carvão, madeira e petróleo. A energia nuclear, por exemplo, participa apenas com 16% da produção mundial. Contudo, as pesquisas efetuadas nos últimos 40 anos, tem permitido que as pessoas possam escolher outras alternativas que as levem a melhorar a qualidade de vida. A energia é parte integrante da vida industrial e urbana à medida em que serve como insumo para automóveis, aviões, transporte rodoviários, fábricas, comércio em geral, residências, vias públicas, lazer, etc. Essa produção de energia é a causa primária das poluições atmosféricas e das emissões do efeito estufa que está contribuindo para o aquecimento global do planeta e das potenciais mudanças climáticas. Desse modo, é natural que os países desenvolvidos tenham uma maior preocupação com o futuro energético de suas economias.<sup>2</sup>

Existem várias formas ou modalidades de energia como a energia cinética que está associada ao movimento dos corpos e a energia potencial que pode ser armazenada num corpo material ou numa posição no espaço e que pode ser convertida em energia sensível a partir de uma modificação de seu estado (energia potencial gravitacional, energia química, energia de combustíveis e a energia existente nos átomos). A luz, calor e o magnetismo são outras modalidades de energia que produzem a energia luminosa, energia térmica e a energia magnética (ímã). Esta última só pode ser percebida por meio de sua atração sobre alguns materiais, como o ferro.

O problema da energia nas economias industrializadas está relacionado ao vertiginoso crescimento do consumo das reservas de combustíveis fósseis, que acena para um choque no futuro se não forem adotadas políticas energéticas que possam controlar a demanda, reduzir os impactos ambientais e descobrir alternativas que possam inserir a grande parte da população mundial que hoje não tem acesso às fontes de energia renováveis. Há, nesse conjunto, um desequilíbrio relacionado às dimensões morais, sociais, políticas e econômicas, num mundo cada vez mais interconectado.

Os combustíveis fósseis fornecem cerca de 80 % da produção e do consumo mundial. No setor de transportes o consumo energético aumentou rapidamente e tem como principal fonte de energia o petróleo que atinge 95% da maioria dos casos. O aumento global da utilização de energia à taxa de 2% ao ano, quando comparado com o ano de 1998, dobrará em 2035 e triplicará no ano 2055. O dióxido de carbono

---

<sup>2</sup> O Protocolo de Kioto estimula as reformas adequadas em setores relevantes da economia, visando a promoção de políticas e medidas que limitem ou reduzam emissões de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal.

constitui a grande preocupação das economias por representar cerca de 75% das emissões de gases que afetam a vida humana.

O consumo de energia aumentou consideravelmente após 1992, provocando no período 1992-1999, um aumento no consumo mundial de combustível fóssil de 10%. Estimativas mundiais prevêem um aumento no consumo de energia de 2% ao ano até 2020, o que implica na mudança estratégica para controlar o crescimento da procura e gerir a dependência da oferta de energia dos países. Desenvolvimento de novas fontes de energia, preservação do acesso aos recursos e garantia do abastecimento energético, são alguns dos objetivos que devem parte da agenda das nações industrializadas nos próximos anos.

### **Atual situação energética em Santa Catarina**

A gestão dos recursos energéticos no Estado de Santa Catarina é feita através da Celesc e GásSC<sup>3</sup>, que tem a responsabilidade de conduzir os programas voltadas para a pesquisa, produção, transmissão e distribuição de energia. O parque gerador da Celesc conta com 12 pequenas usinas que geram 79,2 MW/ano, enquanto o suprimento de energia elétrica ao mercado de Santa Catarina é complementado pelo recebimento de outras concessionárias como a Gerasul, Itaipu Binacional, Copel, PrimoTedesco S.A., CEESAM e MAFRAS.

Em 2002 o montante de energia requerida pelo sistema elétrico foi de 14.309 GWh, dos quais 420 GWh (3%) foram produzidos pelas usinas próprias, Tractebel foi a maior supridora de energia com 72%, Itaipu participou com 21%, Copel e outros agentes de mercado complementaram as necessidades do sistema da Companhia. Nesse mesmo período, as perdas técnicas e comerciais atingiram 1.106 GWh, equivalentes a 7,7% do total de energia requerida, revelando um índice entre as melhores empresas do país. Por sua vez, a tarifa média de fornecimento praticada atingiu o valor de R\$140,46/MWh, 17,8% superior ao da tarifa média registrada em 2001 que foi de R\$119,20/MWh. Tal crescimento foi devido ao reajuste de 14,89% concedido pela ANEEL em agosto de 2002 e um crescimento de 3,6% do seu mercado consumidor.

Para reduzir a dependência energética do Estado, a empresa vem realizando parcerias e investimentos com a iniciativa privada nas usinas hidrelétricas de Cubatão, Machadinho, Dona Francisca e Campos Novos. Outros empreendimentos com capacidade abaixo de 1 MW foram obtidas através de concessões públicas junto à ANEEL, o que deverá permitir agregar 81 MW adicionais ao sistema produtivo. A Celesc desenvolve também outros projetos e investimentos visando o aproveitamento de novas fontes energéticas<sup>4</sup> como a energia solar, células fotovoltaicas, etc. No tocante aos projetos de pesquisa e desenvolvimento previsto para o período 2002-

---

<sup>3</sup> Empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado e tem como acionistas o Governo do Estado de Santa Catarina, Petrobrás Distribuidora, Gaspart e a Infragás.

<sup>4</sup> A regulamentação do PROINFA constitui um grande passo para o incentivo do desenvolvimento de novas fontes alternativas de energia.

2003, ela deverá investir em 21 projetos cerca de R\$ 5 milhões, equivalente a 0,27% da receita operacional líquida.

No âmbito federal, as empresas mantêm uma parceria com o Ministério de Minas e Energia, via Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios–PRODEEM<sup>5</sup>, que tem por objetivo atender às localidades isoladas, não supridas de energia elétrica pela rede convencional, obtendo essa energia de fontes renováveis locais, de modo a promover o desenvolvimento auto-sustentável, social e econômico, dessas localidades.

### **Políticas energéticas e ambientais para a economia catarinense**

Embora o Plano 15 proposto pelo Governo de SC para o período 2004-2006, tenha preocupações com a preservação do meio ambiente, modificações na infraestrutura econômica, ampliação das disponibilidades energéticas e melhorias da qualidade do fornecimento de energéticos no Estado, não se visualiza uma estratégia de longo prazo associada com a preocupação de promover a segurança energética, pautada na exaustão das reservas de combustíveis fósseis, da tendência no aumento dos preços de petróleo e do gás natural, das alterações climáticas e das mudanças no mercado interno.

É possível, assim, antecipar a análise com base nos dados energéticos hoje disponíveis que o Estado de Santa Catarina não pode atingir uma independência energética a curto e médio prazos. O carvão tem hoje um custo de produção de 5 vezes o preço mundial, enquanto o petróleo oscila entre 2 a 7 vezes. Por sua vez, o gás natural é importado da Bolívia e deve continuar substituindo cada vez mais os combustíveis fósseis. No tocante às questões ambientais, a grande preocupação ainda está na melhor maneira de como tratar os rejeitos industriais e evitar novos danos ao meio ambiente.

### **Conclusões**

As modificações que se processam na organização dos mercados de energia e nos avanços tecnológicos, podem trazer aumento nas vantagens competitivas para o Estado de Santa Catarina, desde que o Governo priorize o investimento em pesquisas de outras formas alternativas de geração de energia que não poluem, não degradam o meio ambiente e sejam economicamente viáveis. O risco de uma ruptura no fornecimento energético é uma responsabilidade do governo e das empresas que atuam nessa área, oportunidade em que se deve antecipar a aplicação de novas políticas e regras que incentivem opções energéticas futuras mais eficientes.

---

<sup>5</sup> Instituído pelo Decreto de 27 de dezembro de 1994.

# Surge mais um Agricluster em Santa Catarina: A Carcinicultura\*

*Francisco Gelinski Neto\*\**

## Introdução

O crescimento da aqüicultura mundial vem sendo considerado como uma Revolução Azul, pelos seus efeitos em termos de ganhos de produção de organismos aquáticos (desde peixes de água doce até crustáceos). Isso ocorre como resposta a uma decrescente oferta de pescados oriundos da pesca extrativa, devido ao esgotamento das reservas pesqueiras mundiais, a despeito do crescimento das frotas e de tecnologias de localização dos cardumes.

O esgotamento das reservas pesqueiras mundiais tem levado diversos países, entre eles o Brasil, a se dedicarem a pesquisas e atividades de fomento na aqüicultura. Essa é uma nova área de obtenção de proteína de alta qualidade, e, além disso, esses organismos possuem, via de regra, alta conversão alimentar: para cada quilograma de ração empregada na produção, é gerado, praticamente, um quilograma de carne.

Ao observarmos o caso da aqüicultura marinha, ou seja, a denominada **maricultura**, nota-se que Santa Catarina vem, já há alguns anos, intensificando ações no desenvolvimento de importantes opções nesta área, podendo-se citar entre elas: **1)** cultivo de moluscos, aí incluídos os mexilhões, ostras e vieiras; sendo que no caso das ostras a paisagem do sul da Ilha de Santa Catarina, com suas bóias, já mostram uma pequena parte da dimensão que tomou esta atividade no Estado. Saliente-se que a atuação da EPAGRI e da UFSC, com o seu Laboratório de Moluscos, tem sido fundamental para o crescimento e desenvolvimento das atividades nestas áreas; **2)** a carcinicultura, que é a criação de camarões em tanques de água salgada, alimentados com ração balanceada e que estão constantemente sendo oxigenados através de aeradores elétricos, também foi possível pela intervenção conjunta das instituições citadas acima.

O contexto mundial mostra que os maiores produtores de camarões, em termos de volume, são os países asiáticos, mas com produtividades baixíssimas, variando entre 250 a 1.000 quilogramas por hectare de lâmina d'água, com exceção da Tailândia, que alcança a notável marca de 3.400 kg/ha. Porém, pode-se considerar que esses países (China, Tailândia, Vietnã, Índia, Indonésia, Bangladesh) estariam enfrentando o esgotamento das suas áreas potencialmente aptas ao cultivo. Por outro lado, o Brasil encontra-se em uma situação privilegiada, uma vez que dispõe de mais de 300 mil hectares aptos a serem utilizados somente na região do Nordeste do país, a qual apresenta altíssima produtividade. Atualmente, no país todo, estão em uso ao

---

\* Para uma versão mais detalhada veja Gelinski Neto (2003).

\*\* Professor do Departamento de Economia/UFSC.

redor de 15 mil hectares. Apesar do país ser classificado em sétima colocação em termos de produção total (a previsão deste ano alcançando 70 mil toneladas), já é o primeiro colocado em termos de produtividade. Isto deve-se aos esforços continuados em termos de pesquisas, o que redundou em sistemas de produção de alta eficiência e resposta à tecnologia empregada, colocando o país em altíssimo nível de produtividade, alcançando os 5.400 quilogramas por hectare por ano em 2002.

O *boom* da carcinicultura brasileira ocorreu após meados dos anos 1990, com a introdução do camarão branco, do Pacífico, *Litopenaeus vannamei*, espécie que permitiu os ganhos citados anteriormente. Assim, das 20 fazendas existentes em 1995, que geraram US\$ 42 milhões em exportações, passou-se a mais de duas centenas de fazendas em 2002, com um valor exportado de 200 milhões de dólares.

O Nordeste concentra 96% da área de produção. As condições climáticas da região permitem realizar entre três e quatro ciclos de produção ao ano (cada ciclo possui em média 90 dias, tempo suficiente para cada camarão atingir entre 12 e 14 gramas de peso). A produção catarinense responde por 3% da produção nacional e consegue realizar apenas dois ciclos anuais, o que limita a produtividade ao redor dos 3.500Kg/ha/ano, sendo, ainda assim, superior à produtividade tailandesa.

O objetivo deste trabalho é qualificar a carcinicultura no Estado como um agricluster em formação.

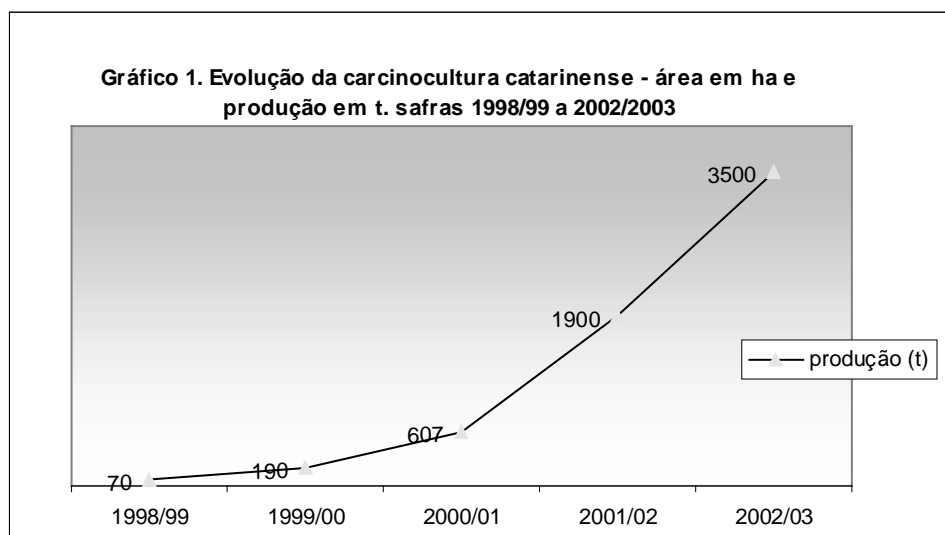
## **A carcinicultura em Santa Catarina**

O início das atividades do Laboratório de Camarões Marinhos da Universidade Federal de Santa Catarina, ainda na década de 1980, é considerado um marco da carcinicultura catarinense. Inicialmente as atividades do laboratório estavam voltadas para repovoamento dos pesqueiros com espécies nativas, mas as atividades de pesquisa envolvendo também espécies exóticas permitiram ao setor alcançar o atual estágio de desenvolvimento.

Desde 1998/99, com a dedicação da UFSC e da EPAGRI na introdução e no desenvolvimento de práticas de manejo e de fornecimento de pós-larvas de camarão branco no Estado, a carcinicultura logrou um notável crescimento, conforme mostra o gráfico 1.

No Estado, além da UFSC e da EPAGRI, a FURB (Blumenau) e a UNISUL (de Tubarão) vêm desenvolvendo ensino, pesquisa e extensão na área da maricultura.

Segundo Sérgio Winckler (2003), coordenador do Programa estadual de Cultivo de Camarões Marinhos, na safra 2002/2003 foram cultivados 870 hectares resultando em 3.500 toneladas e, já está se prevendo para a safra 2003/2004 em torno



Fonte: Winckler (2003)

de 1200 hectares de lâmina d'água, o que tem potencial para gerar uma produção bem superior à da safra anterior. Em termos de área potencial para a atividade no estado, ela facilmente supera os 5 mil hectares.

Winckler distribui as fazendas de criação de camarão em três estratos: as pequenas (até 10 hectares), que representariam 39% do total de fazendas, as médias (entre 10 a 30 hectares), que seriam 47%, e as grandes (áreas superiores a 30 hectares), representando 14% do total.

A atividade é interessante também do ponto de vista social, uma vez que gera até dois empregos diretos por hectare de lâmina d'água e dois e meio empregos indiretos, ou seja, nas agroindústrias fornecedoras de insumos e processadoras/distribuidoras da produção.

### **Agricluster e os fatores favoráveis e limitadores à atividade em SC**

Wedekin (2001) definiu agricluster como concentrações geográficas de empresas de determinado ramo do agribusiness e companhias correlatas. No Estado de Santa Catarina podem ser citados, entre os exemplos dessa classificação, o agricluster de aves e suínos e o agricluster do leite. As companhias correlatas citadas por Wedekin referem-se a, por exemplo, empresas de assistência técnica, de pesquisas, de fomento, de infra-estrutura especializada, tais como laboratórios, de fiscalização e de normatização da atividade.

A carcinocultura catarinense está distribuída em três núcleos: **1)** região de Laguna; **2)** Grande Florianópolis e **3)** Baía da Babitonga. As instituições envolvidas na carcinocultura são: as Universidades referidas anteriormente, EPAGRI, CIDASC (responsável pela fiscalização sanitária), FATMA (órgão licenciador ambiental), empresas particulares fornecedoras de ração, 3 laboratórios particulares de produção de pós-larvas, de equipamentos diversos, de gelo, empresas processadoras (Leardini, Pescados Palhoça, Pioneira da Costa; os comercializadores de Laguna são: Neto



Pescados, Zelindro Pescados, Avelino & Paulinho), Agência de Desenvolvimento Regional vinculada à AMUREL (Associação dos Municípios da Região de Laguna). Assim, a existência do conjunto de elementos listados já é um indicativo da possibilidade de formação de um *cluster* na atividade em análise. Segundo Cassarotto (2002), entre outros elementos, um indicativo de *cluster* estruturado é a forte parceria público-privada.

O estudo do agricluster visa melhorar a competitividade da região frente a outros concorrentes. Uma das fases do estudo é a análise dos pontos restritivos ou limitadores da atividade e dos pontos ou fatores favoráveis ou fortes da atividade. Este diagnóstico visa dar sustentação a processos de intervenção planejada de forma a melhorar a eficiência de toda a cadeia de produção.

Entre os fatores diagnosticados como restritivos à atividade estão: necessidade de melhoria do gerenciamento na produção; restrições ambientais; baixo poder de negociação no momento da venda. Entre os fatores favoráveis diagnosticados estão: Programa Estadual de Carcinicultura; perfil de produtores heterogêneo; mercado interno grande; qualidade do camarão catarinense; normas de densidades ideais; “vazio sanitário” involuntário.

### **Conclusões/sugestões**

Sugerem-se algumas providências para melhorar o desempenho dos negócios nesse segmento do agronegócio catarinense: organizar os produtores via cooperativas, fortalecendo a comercialização e processamento; buscar adaptação da legislação ambiental através de ação jurídica e política; criar e fortalecer a marca camarão de Laguna; controle sanitário e de certificação visando sustentar uma maior credibilidade ao produto.

### **Referências Bibliográficas**

- GELINSKI NETO, Francisco. *A carcinicultura catarinense: um agricluster em formação?* Florianópolis, UFSC/Departamento de Ciências Econômicas, 2003. (Relatório de Pesquisa).
- CASSAROTTO FILHO, Nelson. *Projeto de Negócio: estratégias e Estudos de viabilidade*. São Paulo: Atlas, 2002.
- WINCKLER, Sérgio. A cadeia Produtiva do Camarão. *Palestra no seminário temático da carcinicultura*. Laguna, 12 nov. 2003.
- WEDEKIN, Ivan. Viagem longa e profunda. *Agroanalyses*, FGV, v.21, n.7, p.40-44, jul. 2001.

## Os Reflexos do Mercosul sobre o Agribusiness Brasileiro e Catarinense: O Caso do Leite\*

*Luiz Alberto Nottal\*\**  
*Arlei Luiz Fachinello\*\*\**

Nas últimas décadas, a formação de blocos econômicos tem se generalizado em todo o mundo. Essas formações econômicas ganharam espaço por meio da percepção de que a ampliação dos mercados pode trazer ganhos econômicos e/ou políticos para as nações participantes. Esses ganhos não são generalizados; os setores mais competitivos tendem a ser beneficiados mediante a ampliação dos mercados, enquanto outros são penalizados mediante perdas de mercado. Para o segmento produtivo de produtos lácteos de Santa Catarina, os resultados do ajuste de mercado através da integração com as economias vizinhas: Argentina, Uruguai e Paraguai, foram significativos durante a década de noventa.

Em 1991 os quatro países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, com o objetivo de melhorar as relações sócio-econômicas e o bem estar dos integrantes. Com a significativa redução das barreiras comerciais que se seguiu, houve um forte incremento nas relações comerciais entre os quatro países, inclusive dos produtos leite e derivados.

Segundo dados do ICEPA (2000 e 2001) o Mercosul, que em 1992 atendia cerca de 18,7% das importações brasileiras de lácteos, alcançou 87% das necessidades de importação nacional de leite e derivados em 1999. Em termos quantitativos, do volume total do produto importado pelo Brasil em 1992 (42.512 toneladas), apenas 7.957 toneladas tiveram origem nos países do Mercosul. Já em 1999, de um total de 383.674 ton., 332.399 ton. tiveram origem nos países do bloco. Enquanto o total das importações brasileiras de lácteos cresceram cerca de 800% no período, as importações dos países do bloco cresceram mais de 4.000%. JANK (1999) diz que, ao longo dos anos 90, a oferta doméstica de leite teve um incremento de cerca de 29% contra um crescimento de 146% nas importações, destacando-se aquelas de origem argentina e uruguaia.

As importações de derivados lácteos de Santa Catarina também tiveram um incremento muito significativo durante a década de noventa. Conforme dados levantados pelo Instituto CEPA (2001), o Estado importou, em 1992, 228 toneladas e,

---

\* Trabalho-resumo da Monografia de Pós-Graduação do Curso de Economia de Mercado e Estratégia de Negócios da Unochapecó.

\*\* Pós-Graduado do Curso de Economia de Mercado e Estratégia de Negócios da Unochapecó.

\*\*\* Professor do Centro de Ciências Sócio Jurídicas da Unochapecó.

em 1997, 27.862 toneladas, produtos oriundos, principalmente, do Mercosul, o que representa um incremento superior a 12.000% no período considerado.

CRUZ, TEIXEIRA & RAGGI (1994) afirmam que as importações de leite da Argentina e Uruguai seriam mais competitivas do que os lácteos vindos da Comunidade Econômica Européia, apesar dos subsídios praticados por estes países. Assim, os lácteos importados do Mercosul foram cerca de US\$ 114/tonelada mais baratos em relação às importações do Resto do Mundo, no ano de 1999.

Antes mesmo do Mercosul, o Brasil tinha dependência externa de lácteos, mas o mercado interno era abastecido, especialmente pelo mercado europeu. A partir da eliminação de tarifas entre os países membros, a demanda interna passou a ser suprida, principalmente pelos fornecedores da Argentina e Uruguai, agora com preços mais baratos.

O Brasil é o maior produtor de leite do bloco. Dados de BORTOTLETO (2000) indicam que em 1996 o país produziu 19 bilhões de litro/ano, com um rebanho de 19 milhões de cabeças. A Argentina, segundo maior rebanho do bloco, produziu 9,2 milhões de litros, possuindo 2,3 milhões de vacas leiteiras. Já o Uruguai, com 1,2 e o Paraguai 0,4 milhões de litros produzidos respectivamente. Em produtividade, no mesmo ano, o Uruguai liderava com 4.717 litros/vaca/ano, seguido pela Argentina, com 3.407 litros de leite/vaca/ano, Paraguai com 1.500 litros/vaca/ano e Brasil com 1.000 litros/vaca/ano.

Santa Catarina, com apenas 1,13% da extensão do território nacional, está entre os seis principais estados do Brasil na produção de alimentos. SANTOS (2001) diz que cerca de 80% do leite do Estado é retirado de estabelecimentos que mantêm entre 1 e 10 vacas. Aumentando o estrato para até 20 vacas, engloba 99,6% dos produtores e cerca de 94% do total do leite produzido no estado. O Instituto CEPA (2001) destaca como um dos pontos fortes do crescimento da produção catarinense de leite, a melhoria da eficiência dos sistemas produtivos praticados pelos agricultores familiares, que dão cada vez mais atenção à atividade, com efeito positivo na melhoria dos índices técnicos de produção.

Os produtores catarinenses, encontraram no leite uma importante atividade econômica, e a remuneração é um forte componente da renda do produtor. Em Santa Catarina, os preços oscilam durante as diferentes estações do ano. Os meses de inverno são aqueles em que a remuneração é melhor. Quem produz mais no inverno, normalmente recebe também melhores preços no verão.

Os impactos da globalização e do Mercosul sobre Santa Catarina e Região Oeste foram marcantes, pois o aumento das importações de lácteos provocou a redução nos preços recebidos pelos produtores, com conseqüente perda de renda. Por outro lado houve melhora nos índices de produtividade da atividade estadual, além de mudanças na geografia da produção, tendo a Região Oeste assumido a dianteira como bacia produtora de leite, respondendo atualmente por cerca de 70% do leite produzido no Estado.

O agribusiness nacional enfrentou um processo de grandes transformações para as quais não estava preparado. A abertura das fronteiras e a queda das barreiras marcaram uma nova era no comércio mundial. Também a saída do governo como agente regulador, somado ao aumento das importações de leite, agravou ainda mais o setor, marcando o início de uma escalada descendente nos preços recebidos pelos produtores rurais. Os custos da produção de leite brasileira estão entre os mais baixos do mundo. No entanto, a remuneração média do produtor caiu mais de 65% na década de 1990, reflexos da abertura da economia e do Mercosul.

Diante disso conclui-se que a produção leiteira no Brasil e em Santa Catarina catarinense sofreu influências positivas e negativas à partir do o Mercosul . Dentre as positivas destacam-se melhoras nos níveis de especialização, incorporação de novas tecnologias de produção e gestão, com redução nos custos de produção e aumento de produtividade. Também o leite transformou-se numa das principais atividades de renda do Estado, principalmente na Região Oeste. Dentre as influências negativas provocadas também pela globalização da economia, ocorreu a redução da participação relativa da agricultura no PIB nacional brasileiro e nos demais países do bloco. Houve concentração maior na compra da matéria prima por um pequeno número de grandes empresas, que têm grande poder sobre o preço pago ao produtor. A venda concentrada pelos grandes atacadistas resultou em preços mais baixos da matéria prima. As importações representam perda de renda aos produtores nacionais.

Desta forma, constata-se que o Mercosul teve reflexos negativos sobre a remuneração e a renda dos produtores de leite, devido ao efeito depressivo nos preços recebidos pelos produtores nacionais e catarinenses. Porém, ele não pode ser considerado o único responsável pelas dificuldades enfrentadas pelo setor. Outros fatores internos e externos agem como dificultadores para um melhor desempenho da atividade.

## Ongs e Estado Atuando na Provisão de Bens Públicos: pode o Contribuinte estar sendo Duplamente Tributado?

Ivoneti da Silva Ramos\*  
Carmen R. O. G. Gelinski\*\*

Quem, nos dias de hoje, ainda não recebeu uma ligação pedindo R\$ 5, R\$ 10 ou mais reais para ajudar alguma entidade assistencial? Quem não participou de uma campanha do agasalho, de alimentos ou de brinquedos? Talvez não tenha participado diretamente, mas com certeza sabe de alguém da família que já fez doações deste gênero. Longe de questionar o mérito destas iniciativas, o que se quer neste artigo é chamar a atenção para esta forma de complemento da receita das entidades filantrópicas quando se possui um sistema tributário, onde, *a priori*, o contribuinte já estaria repassando recursos suficientes para que o Estado provesse os serviços que as ONGs tão sublimemente se dispõem a prestar. Cabe também ressaltar que não se pretende desestimular a iniciativa destas organizações e nem a boa vontade dos doadores, apenas frisar que o fato da existência das ONGs não desobriga o Estado de fornecer bens públicos<sup>1</sup> à população, no montante do valor tributado.

Nos últimos anos, as mudanças econômicas ocorridas no âmbito internacional acarretaram uma série de problemas para todos os países, principalmente no que diz respeito às questões sociais, uma vez que a nova ordem neo-liberal passou a substituir o Estado assistencialista, destinando a este apenas o papel de regulador da economia<sup>2</sup>. O discurso neoliberal, de que o Estado precisa se ausentar da economia para propiciar mudanças estruturais compatíveis com as tendências mundiais, tendo em vista que reduziria o impacto negativo da tributação sobre a eficiência econômica (Giambiagi, 1999), aplica-se na prática? O que de fato ocorreu com a carga tributária após uma década de neoliberalismo? E as funções do Estado assistencialista foram assumidas por quem?

A luta das empresas para adaptar-se às exigências competitivas do mundo globalizado é nítida e perceptível a todos os cidadãos, principalmente aos que sentiram na pele a perda de seus empregos ou a redução de seus salários. Muitos foram os excluídos do convívio social em função destas exigências, e com isso os

---

\* Aluna do Mestrado em Economia da UFSC.

\*\* Professora do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

<sup>1</sup> De acordo com Giambiagi e Além (1999, p. 20) “São exemplos de bens públicos: bens tangíveis, como as ruas ou a iluminação pública; e os bens intangíveis como justiça segurança e defesa nacional”. Neste trabalho a preocupação é com os bens públicos intangíveis.

<sup>2</sup> Mattei (2002) destaca os possíveis espaços da intervenção do Estado no Brasil: (1) políticas de relações econômicas internacionais, (2) políticas nacionais de desenvolvimento, (3) políticas de desenvolvimento científico e tecnológico, (4) política industrial do país, (5) política de gestão pública e (6) política de combate às desigualdades sociais.

problemas sociais se alastraram. Surge então um grande problema: somaram-se, aos necessitados do período do Estado assistencialista, um grande número de excluídos pela nova ordem. Porém, os necessitados de antes tinham a proteção do Estado, e agora eles contariam com a ajuda de quem? Se o Estado precisa diminuir a carga tributária para permitir que as empresas possam concorrer com mais eficiência, resta saber se uma receita tributária menor será suficiente para atender uma classe necessitada cada vez maior.

Contrariando o discurso neoliberal, o que o cidadão brasileiro assistiu nos últimos anos foi a intensificação da carga tributária, que supera percentuais de países desenvolvidos como o dos Estados Unidos. De acordo com Carga... (2003), o século XX foi marcado por um brutal crescimento na carga tributária brasileira. Partiu de uma taxa em torno de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, de tudo que se produzia de riquezas no país, 10% eram impostos, para chegar ao fim do século em 33%. Em 1998, a porcentagem de tributação era de 29,84% do PIB enquanto que em 2002 atingiu 36,45% do PIB. Para 2003, a estimativa é de que alcance 38,52% do PIB.

Ao observar-se a arrecadação tributária no Brasil, pode-se constatar que a redução da participação do Estado, embutida nos ideais neoliberais, não se efetivou por enquanto. Agora, resta avaliar como ficam as funções deste Estado nem tanto ausente da economia. Até por quê a estas alturas já devem ter surgido perguntas do tipo "e onde as ONGs entram nesta história"? Pois bem... nota-se que, mesmo uma carga tributária mais alta não permite, à boa parte da população, resguardar-se de pagar escola para seus filhos, pedágios para trafegar seguramente, assistência médica para a família, e ainda de viver constantemente em alerta frente à falta de segurança pública. Aí está o detalhe que remete às ONGs esta história: para pagar por serviços que deveriam estar sendo prestados pelo poder público é imprescindível que se tenha um fluxo de renda periódico, e para aqueles que já não usufruem dos benefícios de um salário resta recorrer ao espírito solidário da sociedade civil organizada.

A iniciativa das pessoas que fundam uma ONG é nobre e indiscutível. As pessoas sofrem ao ver as crianças nas ruas, passando frio e fome; sofrem também com o abandono dos idosos e, imbuídas do espírito humanitário, participam dessas campanhas. Isso é louvável, pois demonstra que ainda há elos entre os seres humanos que não seja a mera relação monetária. Mas não basta apenas a boa vontade de uma dúzia de voluntários para que uma ONG seja viável, pois, por menor que seja a entidade, se exige uma estrutura mínima para condicionar o seu bom funcionamento, que envolve a contratação de alguns funcionários para administrar a entidade, para organizar os voluntários e para atender diretamente os beneficiados. Além disto, em alguns casos há o aluguel das instalações, ou seja, há custos envolvidos na montagem de uma ONG. Os recursos para manter estas entidades vêm de várias origens: doações de fundações, doações individuais (sócios e *telemarketing*), doações públicas (parcerias) e ainda alguma receita de atividades realizadas pelas ONGs como por exemplo, artesanato. O ponto no qual este artigo gostaria de chegar é este: grande

parte da arrecadação das ONGs vem das doações feitas pelas pessoas físicas e jurídicas que se associam às entidades ou através do serviço de *telemarketing*, onde a doação pode ser descontada na conta telefônica ou entregue a um mensageiro no endereço do doador. A doação é um ato louvável, não se discute, até por que todos querem contribuir para um mundo melhor e para a justiça social, mas será que quando o contribuinte paga seus impostos já não está fazendo a sua parte? Ou seja, ao contribuir para as campanhas realizadas pelas ONGs, não está o cidadão sendo tributado outra vez, agora não pelo governo, mas por um organismo que está vindo preencher a lacuna deixada pelo Estado? Para as empresas ainda há a restituição das contribuições como dedução no imposto de renda, mas e para as pessoas físicas que se condoem com as ligações das ONGs pedindo cinco, dez ou mais reais...

Então qual a saída para este litígio, se é que há. Palpites não faltam: pelo lado do Estado, uma redução efetiva da carga tributária, condizente com a teoria neoliberal adotada pelo país, seria uma boa solução, uma vez que desonerando empresas e pessoas físicas, sobrariam mais recursos para que se gaste em doações e filantropia, e ainda, o alívio da carga tributária relativa à produção poderia induzir uma melhoria no nível de emprego e conseqüentemente na renda; quem sabe assim, diminuiria o percentual da população carente. Pelo lado das ONGs, as universidades poderiam tomar a iniciativa de criar programas, espécies de laboratórios, onde os alunos qualificados se encarregariam de voluntariamente auxiliar as entidades na elaboração de projetos para concorrer aos recursos públicos que se destinam a questões sociais, dos quais muitas entidades nem sequer tomam conhecimento, assim como orientar quais os órgãos que destinam verbas para estes projetos. Ainda, poderiam os alunos trabalhar na elaboração de projetos de empresas para o Terceiro Setor, para que as entidades possam ter atividades que permitam o auto-sustento e a geração de emprego e renda para seus beneficiados e para a comunidade na qual estão localizadas. Um terceiro setor auto-sustentável poderia recrutar a massa de desempregados. Em relação à primeira alternativa, a reforma tributária está aí e já suscita controvérsias...quanto à segunda, espera-se contar nesta instância com o espírito solidário dos cidadãos universitários.

## **Referências Bibliográficas**

CARGA tributária passou de 10% do PIB para 33% no fim dos anos 90. *O Globo*. Disponível em <http://www.cfc.org.br/agencia/noticias/detalhes.asp?cod=3025>. Acesso em 30 out. 2003.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

MATTEI, Lauro. Estado e Economia: notas preliminares sobre um debate inconcluso. *Atualidade Econômica*, Florianópolis, UFSC, Departamento de Ciências Econômicas, v.14, n.42, p.9-12, abr./jun. 2002.

## **IDH/Banco Mundial: A Distorção da Realidade Brasileira**

*Prof. Gilberto Montibeller\**

Nos últimos anos, não só o governo, como boa parte da população brasileira, têm festejado uma posição razoável do País nos indicadores do grau de desenvolvimento. Segundo o índice divulgado pelo Banco Mundial, em seu Relatório *Human Development Indicators 2001*, o Brasil apresenta índice de desenvolvimento humano (IDH) 0,750. Isto o coloca em situação relativamente boa, próxima ao padrão dos países de desenvolvimento humano elevado - aqueles com IDH acima de 0,80, no critério do Banco. Procuraremos mostrar de maneira breve e ainda preliminar como este resultado, para o caso brasileiro, decorre de equívoco metodológico e não reflete a realidade.

Para o cálculo do IDH de cada país é utilizado o indicador Expectativa de Vida ao nascimento (que avalia a saúde), o de Educação e a Renda *per capita* (que avalia padrão de vida). Para cada um destes indicadores é calculado um índice que expressa a posição do país em relação à pior e à melhor situação observada entre todos os países do mundo quanto ao indicador considerado. Assim, por exemplo, a esperança de vida brasileira, de 67,5 anos, comparada com o valor mínimo, que é 25 anos, e com o máximo (85 anos) – apontados em nota técnica do Relatório –, dá o índice de esperança de vida 0,71. Procedendo desta maneira com os demais indicadores, chega-se ao índice de educação 0,83 e ao índice da renda 0,71. E, finalmente, a média aritmética destes três índices resulta no IDH 0,750 para o Brasil.

Observa-se que nos cálculos não é considerada a questão da distribuição da renda, cuja medida de concentração ou distribuição é dada pelo coeficiente de Gini. O Banco não considera o coeficiente de Gini sob a alegação de que o valor do IDH reflete automaticamente a distribuição da renda: países com elevado IDH são também os que teriam menor concentração de renda (ou menor Gini); e aqueles com IDH baixo teriam estrutura de rendas mais concentradas, ou maior Gini. Pois bem, o que se verifica no caso do Brasil é que a um IDH elevado corresponde um elevado Gini, fugindo totalmente da correlação concebida pelo Banco.

### **O IDH Brasil considerando a concentração da renda**

O coeficiente de Gini, cujos valores mais altos no intervalo de 0 a 1 indicam maior grau de concentração da renda, no Relatório do Desenvolvimento Humano 2002 assim se apresenta: Brasil: 0,607; país com a pior distribuição, Suazilândia: 0,609; e país com renda mais bem distribuída, Eslováquia: 0,195. (Observe-se que o Brasil é o segundo país com pior distribuição de renda do mundo!). O índice do Gini

---

\* Professor do Departamento de Economia/UFSC.



para o Brasil, é, então 0,0048. Incorporando este valor ao índice de renda e aos demais índices (ou seja  $0,71 + 0,83 + 0,71 + 0,0048 / 4$ ), tem-se, então IDH= 0,56. Este novo resultado coloca o Brasil no mesmo nível de desenvolvimento humano de países muito pobres, como Camarões e Zimbábue.

De fato, esta infeliz condição brasileira pode ser demonstrada também pela consideração, a partir do Relatório, da relação de países com renda *per capita* inferior à do Brasil, mas com melhor índice de esperança de vida e melhor índice de educação. Há um total de 38 países nesta situação, ou seja, existe um número muito grande de países que, detendo renda *per capita* inferior à brasileira, apresentam, contudo, superior condição relativa de educação e de saúde. Portanto, de fato, a consideração do nível médio de renda, mas a não consideração de sua real distribuição pelo conjunto da sociedade, mascara a verdadeira posição brasileira no cenário mundial do desenvolvimento humano. O País, assim, não tem o que comemorar...

A estrutura de distribuição de renda, da qual o coeficiente de Gini indica o grau de concentração, é o resultado dos rendimentos de cada classe social com lucros, salários, aluguéis, juros e outros ganhos durante o ano, normalmente declarados como rendas nas pesquisas oficiais. A melhoria da distribuição da renda implica, portanto, basicamente, em estabelecer políticas que criem possibilidades de empregos e de ocupações com efetiva elevação da renda para o conjunto da população mediante melhor remuneração do trabalho.

## China: Uma Maré Montante

Hoyêdo Nunes Lins\*

A China foi objeto de particular destaque no noticiário internacional em outubro de 2003. Pela primeira vez, seu programa espacial logrou efetuar um vôo tripulado em volta da Terra, façanha que lhe franqueou a presença no reduzidíssimo grupo de nações protagonistas desse tipo de realização. Esse episódio, contudo, não representou senão uma oportunidade a mais para a China cintilar nas manchetes, pois o país não cessou de chamar a atenção nas últimas décadas. Essa proeminência reverberou, por exemplo, no terreno acadêmico, onde não é raro considerar a China como uma peça chave do provável novo *locus* central da acumulação capitalista em escala planetária, uma arquitetura que, embora lenta na sua montagem, haverá de ter repercussões (Arrighi, 1996). A atração é igualmente irresistível quando se acompanha a conjuntura econômica mundial, pela magnitude dos números chineses relacionados a, entre outras coisas, ingressos de investimentos externos e exportações.

Capitulando à sedução exercida pela trajetória chinesa recente – uma sedução fortalecida pela circunstância de tal país abrigar nada menos que 1/5 da população do planeta (dos 6,234 bilhões de pessoas existentes em 2002, 1,284 bilhão encontravam-se na China) –, aborda-se neste artigo uma questão específica sobre a China contemporânea: a relação entre expansão industrial e desigualdades sócio-espaciais, um tema historicamente relevante em diferentes países e regiões.

### Uma China ou várias?

Com 9,6 milhões de km<sup>2</sup> – figurando como um dos quatro países de maior área, atrás somente de Rússia, Canadá e Estados Unidos –, a China é, além de enorme, um diversificado território, tanto em termos físico-naturais como no plano socioeconômico e cultural.

Em relação ao primeiro aspecto, observam-se contrastes como os existentes entre as áreas de deserto no extremo oeste do país e perto da fronteira com a Mongólia, ao norte, e o relevo crescentemente “movimentado”, com temperaturas muito reduzidas, percebido notadamente a sudoeste, em direção ao Tibete e, por conseguinte, ao Himalaia. A nordeste, rumo à Rússia, as planícies altas (ou estepes) marcam a paisagem, enquanto na área central os espaços montanhosos dão lugar, sobretudo quando se toma a orientação leste – delimitada pela extensa costa banhada pelo Mar Amarelo, pelo Mar da China Oriental e pelo Mar da China Meridional –, a áreas mais baixas relativamente bem dotadas de recursos hídricos, sobressaindo a

---

\* Professor do Departamento de Economia/UFSC.

bacia do Rio Yang-tsé, que corta boa parte do território chinês no sentido oeste-leste e tem a sua foz nas proximidades de Xangai. Os problemas ambientais, que são diversos e graves, incidem em vários pontos, obrigando o governo central a adotar medidas drásticas (Korte, 2002).

A heterogeneidade físico-natural se desdobra em diversidade socioeconômica e cultural, como seria de esperar. A periferia norte-nordeste abrigou desde muito tempo atividades de criação de animais, no quadro de práticas de pastoreio que se caracterizavam pelo nomadismo. A parte central do território revela atividades principalmente agrícolas, as quais ostentam resultados positivos sobretudo nos locais beneficiados por chuvas em quantidades adequadas e invernos relativamente mais amenos, como se nota na Bacia Szechwan, no sopé de uma área montanhosa não muito distante da fronteira com a Birmânia. O prolongamento dessa região rumo ao leste e ao sudeste permite observar cidades de grande porte, centros industriais e estruturas portuárias importantes, além de, nas localizações onde existe água em maior volume, também uma agricultura de considerável vitalidade. Beijing (Pequim), a capital do país, situa-se a meio caminho entre a área central e o nordeste, mas – para citar só algumas áreas urbano-industriais de grande destaque – Xangai encontra-se no meio da costa e Hong Kong (colônia britânica durante décadas, hoje devolvida à China) e Cantão situam-se a sudeste, em cujo mar desponta a insular Taiwan .

O que se mencionou basta para sustentar que as fronteiras chinesas circunscrevem um imenso território bastante diferenciado em termos tanto físicos e naturais quanto socioeconômicos e culturais. Este último aspecto recobre questões de língua e religião e mesmo de política. Quer dizer, trata-se de diversas “chinas” no interior da China, e isso nem remotamente (muito pelo contrário) significa ausência de problemas.

## **Negócios da China**

Não foi só a recente aventura espacial que colocou a China no foco do noticiário na segunda metade de 2003. As reações do Ocidente ao seu notável desempenho comercial também ocuparam espaço, com críticas de autoridades estadunidenses, européias e japonesas a uma política cambial que, segundo opiniões mais ou menos correntes, outorgaria àquele país um irresistível vigor nas vendas externas. Todavia, não há consenso sobre o caráter, por assim dizer, “espúrio” da competitividade chinesa. Roach (2003), por exemplo, não só considera hipócrita a condenação por parte de quem tem se beneficiado amplamente daquelas exportações – cuja expansão, saltando de US\$ 121 bilhões para US\$ 365 bilhões, entre 1994 e a metade de 2003, é em grande medida (quase 2/3) resultado da atuação das subsidiárias de empresas multinacionais globais e das *joint ventures* instaladas na China –, como assinala que, atualmente, esse país compete não só com base no câmbio, mas sobretudo por atributos ligados a custos de mão-de-obra, tecnologia e controle de qualidade, entre outros.

Por detrás do frenesi exportador encontra-se o que a *The Economist* chamou de “*China fever*”, fórmula para designar o irresistível interesse que esse país despertou em investidores estrangeiros na década de 1990, que adentraram as fronteiras em avalanche originada de Hong Kong e Taiwan, sobretudo, sem deixar de atingir o Japão (Not quite..., 1997). Com efeito, dos países que mais receberam investimentos estrangeiros diretos nesse período, a China foi, de longe, o que mais sobressaiu, e o motivo principal dessa “corrida” relaciona-se a fatores como oferta abundante de mão-de-obra muito barata e, por conta das enormes dimensões (ao menos potenciais) envolvidas, mercado interno suculento. As empresas estrangeiras instalaram-se principalmente por meio de *joint-ventures* com parceiros (estatais ou privados) locais, seja porque essa era a única modalidade permitida pelo governo chinês em certos setores, seja porque os investidores externos enxergavam na participação de autóctones o melhor caminho para lidar com os meandros da burocracia e com a concorrência/rivalidade de origem local. No conjunto, as experiências repertoriadas apresentam resultados heterogêneos, pois não faltaram frustrações no lado estrangeiro, como se notou na tentativa da franco-italiana SGS-Thomson visando à implantação de uma fábrica de semi-condutores na cidade de Shenzhen, Província de Guangdong.

Ao que parece, foram poucos os que não se inebriaram com as possibilidades dos “negócios da China”. A indústria mundial de brinquedos certamente não pertence às fileiras dos resistentes. No começo dos 1980, a criação de uma Zona Econômica Especial na indicada Província de Guangdong – implicando benefícios como liberalização tarifária e abertura para investimentos estrangeiros –, fronteira com Hong Kong, funcionou como uma bomba de sucção junto às numerosas fábricas que, até então, permitiam à última figurar com absoluto destaque na produção de brinquedos. Salários e preços da terra altos em Hong Kong operaram como lubrificantes do êxodo, sendo que no outro lado da fronteira esses elementos exibiam condições diametralmente opostas. Atualmente, se o *design* e a comercialização da maioria dos brinquedos vendidos no mundo constituem áreas de atuação privilegiada para as grandes firmas ocidentais (estadunidenses em primeiro lugar), a fabricação desses produtos tem lugar principalmente na China. Note-se que se está falando sobretudo de brinquedos *high-tech*, que implicam redes de subcontratação abrangendo diferentes componentes eletrônicos, além de outros insumos.

O alvoroço não é menor na indústria de *chip*, cujo roteiro asiático vem tendo a China continental como destino prioritário. Em processo que evoca a imagem de um “*silicon rush*”, numerosas unidades de fabricação e montagem de *chips* para computadores, telefones celulares e outros aparelhos eletrônicos têm pipocado nesse país, ao som de anúncios de instalação, pelo menos desde o ano 2000, de protagonistas do porte de Motorola, IBM e Intel. Assim, nos últimos anos, enquanto Taiwan se inquietava diante da possível emigração de suas fábricas *high-tech* em direção à China, Xangai, embalada pelos acenos de sucesso vinculados à oferta chinesa de engenheiros de qualidade e aos salários comparativamente baixos,

acalentava o sonho de canalizar boa parte do que estaria se revelando como um genuíno “*chip boom*” (A giant..., 2000).

## O papel das reformas

Esse quadro ganha luz quando colocado em perspectiva histórica. O que emerge é uma trajetória de reformas na sociedade chinesa cujos primeiros passos foram registrados no final dos anos 1970, mais precisamente em 1978, quando se iniciou o período de liderança política de Deng Xiaoping, após a morte de Mao Tsé-Tung. As reformas (principalmente de cunho econômico) começaram pelo relaxamento das obrigações referentes à agricultura coletivizada e implicaram a liberalização dos preços agrícolas e do comércio dos correspondentes produtos, nas várias regiões. Houve, em decorrência, expansão da renda agrícola, mas esse movimento revelou-se errático no longo prazo, assim como foi oscilante, no decorrer do tempo, a intervenção do governo nos mercados agrícolas.

Na esfera urbana, as reformas se fizeram perceber notadamente a partir de meados dos anos 1980, caracterizando-se tanto pela descentralização, no bojo da qual o controle de muitas empresas estatais foi transferido do governo central para governos locais, quanto pela privatização em diferentes segmentos de atividade econômica, não obstante um avanço desigual desse processo entre as províncias. Na década de 1990, a China combinou medidas de atração de investimentos estrangeiros – inscrevendo-se nesse tipo de estratégia a criação de Zonas Econômicas Especiais e a redução seletiva das tarifas de importação, objetivando favorecer os investidores na compra de insumos e matérias-primas no exterior – com a reestruturação das empresas estatais, intensificada nos últimos anos. Tal iniciativa, que denota reconhecimento de que essas empresas vinham enfrentando problemas (financeiros e de atraso tecnológico, acima de tudo), inspirou-se na experiência dos *chaebol* sul-coreanos (pelo menos até a crise do final dos anos 1990, que os atingiu e também aos *keiretsu* japoneses), um modelo de conglomerados favorecidos pelo Estado. Pretendia-se adotá-lo na China para modernizar uma fração das empresas estatais, envolvendo inclusive fusões/incorporações que, resultando em grande aumento do seu tamanho, deveriam fortalecer-lhes a competitividade.

A maior parte das empresas estatais, sobretudo as de pequeno e médio porte, seria deixada à própria sorte. Isso significa que, em contexto de redução progressiva da intervenção do Estado na economia, essas empresas teriam que efetuar os seus ajustes por conta própria. Já desencadeado, esse movimento tem representado supressão de benefícios – no bojo de uma verdadeira revisão do *welfare state* chinês, com repercussões para os trabalhadores nos planos da habitação, da saúde e, de uma forma ampla, da seguridade social – e demissões, que engrossam a trajetória geral de desligamentos (reflexo do generalizado processo de reestruturação) e inflam ainda mais os números do desemprego.

De todo modo, o desempenho econômico da China, traduzido em veloz expansão, tem no crescimento do setor privado e na reestruturação das empresas estatais dois importantes e inter-relacionados fatores (Han e Pannel, 1999). Assinale-se que o setor privado deveria assumir um papel complementar ao setor estatal em diferentes aspectos, entre eles o relativo à criação de oportunidades de ocupação e emprego. Todavia, sem que o desemprego deixasse de progredir, o primeiro acabou por se tornar o principal vetor do crescimento, ultrapassando o caráter de complementaridade.

### **Sociedade e espaço no crescimento industrial chinês**

Artigo do presidente do *China Institute for International Studies*, embaixador da República Popular da China, destaca que o período de reformas – que já compreende cerca de duas décadas e meia até o atual momento – assistiu a uma inegável melhoria do padrão de vida da população chinesa, de uma forma geral. Entretanto, o texto não deixa de reconhecer que problemas consideráveis emergiram nesse percurso, entre os quais despontam a ampliação das disparidades na distribuição de renda entre estratos sociais e o agravamento das desigualdades de desenvolvimento econômico entre regiões costeiras e áreas do interior localizadas na China central e ocidental (Yang, 2000). O diagnóstico é acertado. Na aurora das reformas, o meio rural foi envolvido por mudanças que, favorecendo a prosperidade no campo, proporcionaram a redução das disparidades de renda per capita entre as províncias. Mas desde que as transformações foram estendidas ao setor industrial urbano, a partir de meados dos anos 1980 – difusão que abrangeu a já assinalada descentralização do poder político-econômico para níveis mais locais de governo e também o estímulo ao aparecimento de empresas industriais privadas (individuais e coletivas) –, foi semeada uma diferenciação espacial crescente, com vantagens cada vez maiores para as regiões onde as mudanças foram mais intensas.

Essa diferenciação evoluiu célere na década de 1990, na esteira de uma verdadeira “explosão” das privatizações, processo que, como indicado, se tornou uma das principais forças impulsionadoras do crescimento econômico chinês. O que se quer dizer é que não há como dissociar o quadro de progressiva desigualdade do tipo de política adotado no país. Por exemplo,

“para atrair capital estrangeiro e tecnologia, quatro Zonas Econômicas Especiais foram estabelecidas em Guangdong e Fujian. Durante uma década a produção orientada às exportações impulsionou um rápido crescimento econômico na faixa costeira sulina, enquanto os centros tradicionais de produção industrial e comércio externo (por exemplo, Xangai, Liaoning e Tianjing) experimentaram um ritmo de crescimento lento. (...) Como resultado dessa tendência nas províncias costeiras do sul, o centro da *space economy* chinesa abandonou a sua tradicional base nordestina em benefício da costa sul, e um novo padrão na distribuição da renda per capita emergiu.” (Ying, 1999, p. 67).

O contraste entre as áreas mais urbanizadas e industrializadas e as áreas rurais, onde vivem cerca de 70% dos chineses, só fez crescer à medida que as reformas se

ampliaram. O turbilhão transformador deixou de representar benefícios efetivos para as áreas interioranas, diferentemente do que ocorrera no início das reformas, e a liberalização comercial com o exterior, abrangendo produtos também agrícolas, representou um golpe a mais nos camponeses. Assim, não surpreende que os conflitos tenham se intensificado em meio rural, opondo agricultores e governantes, em especial governantes locais que, escorados na repressão policial, costumam impor pesadas taxas e obrigações aos habitantes (Roca, 1995). Esses conflitos, note-se, acrescentam tintas ainda mais fortes ao quadro de relações já tensas entre o governo central e províncias “rebeldes”, como a de Xinjiang, localizada no extremo oeste e adjacente ao Tibete, onde há muito fermentam aspirações separatistas, sempre combatidas com grande rigor pelas autoridades.

Tampouco deveria causar espanto, nas condições vigentes, que milhares de camponeses tenham se deslocado para as cidades, em êxodo que se traduz na perene existência de uma enorme “população flutuante” cujos principais destinos são as cidades da costa sudeste do país (Qin, 1995). Isso ocorre, cabe sublinhar, a despeito das restrições aos deslocamentos impostas desde os tempos de Mao Tsé-Tung. É que as condições de vida nas cidades se diferenciam muito das que prevalecem nas áreas rurais. A reestruturação industrial em curso vem representando, no meio urbano, demissões em grande escala e um inquietante retrocesso dos benefícios sociais. Ambos decorrem do aprofundamento das reformas e são acompanhados por aumentos nos preços de, por exemplo, moradia, aquecimento, educação e saúde, uma escalada compreensível se vista em conexão com a onda privatizante que força as populações citadinas a perscrutar o futuro com grande inquietação. Ainda assim, viver nas cidades é menos penoso do que no campo, onde as carências são geralmente dramáticas, um retrato da China contemporânea que, mantido o panorama atual, pouco ou nada haverá de se modificar nos próximos anos.

## **Epílogo**

Trinta anos atrás, Schenk (1974) observava que entre os países que tentavam reduzir as desigualdades regionais só a China reunia, de fato, condições propícias para tanto. Motivo: o país realizara “a tarefa de resolver a contradição entre cidade e campo (...)” (p. 388), evidenciando sucesso em uma das orientações básicas da revolução liderada por Mao Tsé-Tung, qual seja, a de “estabelecer uma ligação estreita e sistemática entre o desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento da agricultura (...), [concebendo-os] na sua unidade e não como dois desenvolvimentos independentes.” (Bettelheim, 1971, p. 40). No alvorecer do terceiro milênio, todavia, o *gap* sócio-espacial cada vez mais profundo, contrastando o dinamismo das áreas urbanas costeiras e as imensas dificuldades das áreas interioranas, estaria a representar, talvez, o maior desafio com que se depara a sociedade chinesa.

O cenário, vale arriscar, parece ser de ameaça à estabilidade social, e não só no interior agrícola, onde distúrbios políticos de grande escala vêm se multiplicando. Também nas cidades as contestações crescem, seja por conta da deterioração das

condições gerais de vida, em virtude das reformas, seja pela disseminação de condições de trabalho marcadas por uma super exploração, principalmente nas estruturas produtivas introduzidas por empresas estrangeiras. Será que o crescimento econômico, notadamente na senda industrial, rima sempre e inexoravelmente – pouco importando a “arquitetura” da sociedade em questão – com maiores desigualdades sócio-espaciais?

## Referências Bibliográficas

- A GIANT sucking sound. *The Economist*, p. 63, Dec. 2<sup>nd</sup> 2000.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BETTELHEIM, C. Les cadres généraux de la planification chinoise. In: BETTELHEIM, C., CHARRIÈRE, J., MARCHISIO, H. *La construction du socialisme en Chine*. Paris: François Maspero, 1971, p. 7-44.
- HAN, S. H., PANNELL, C. W. The geography of privatization in China, 1978-1996. *Economic Geography*, v. 75, n. 3, p. 272-296, July 1999.
- KORTE, G. Verde no vermelho. *CartaCapital*, Ano IX, n. 204, p. 50-52, 28 ago. 2002. NOT quite so sparkling China. *The Economist*, p. 38, Mar. 1<sup>st</sup> 1997.
- QIN, M. Le flot montant et incontrôlable des migrants ruraux. *Le Monde Diplomatique*, n. 492, Mars 1995, p. 14-15.
- ROCCA, J- .L. Population et dirigeants locaux unis contre le centre. *Le Monde Diplomatique*, n° 492, Mars 1995, p. 14-15.
- ROACH, S. The hypocrisy of bashing China. *Financial Times*, Aug. 07, 2003. Obtido em [www.news.ft.com](http://www.news.ft.com). Acesso em ago. 2003.
- SCHENK, H. Concepts behind urban and regional planning in China. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 65, n. 5, p. 381-388, 1974.
- YANG, C. China through the eyes of a Chinese. *Talk Given at the James A. Baker III Institute for Public Policy – Rice University*. Dec. 2000. Obtido em [www.ruf.rice.edu/~tnchina/commentary / yang1200.html](http://www.ruf.rice.edu/~tnchina/commentary / yang1200.html). Acesso em nov. 2003.
- YING, L.G. China's changing regional disparities during the reform period. *Economic Geography*, v. 75, n. 1, p. 59-70, Jan. 1999.



## Dissertações de Mestrado defendidas no Curso de Pós-Graduação em Economia da UFSC - 2001

- ANSANELLI, Stela Luiza de Mattos. *Os Condicionamentos Restritivos para o Desenvolvimento de uma Política Industrial no Brasil nos Anos 90*. Florianópolis, 2001. Orient.: Prof. Silvio A. F. Cário.
- ÁVILA, Elízia Coelho. *Avaliar os Programas de apoio de à Empresa de Pequeno Porte, conduzido pelo SEBRAE, na Região da Grande Florianópolis*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Luiz Carlos de Carvalho Júnior.
- CHIUCHETTA, Eliana Bezerra de Souza. *Reestruturação Produtiva no Subsetor de Bens de Capital Mecânicos de Joaçaba–Santa Catarina*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Hoyêdo N. Lins.
- DEMYIA, Henrique Mitsuharu. *Análise do Padrão de Concorrência da Indústria Brasileira de Áudio e Vídeo na década de 90*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Edvaldo Alves Santana.
- DIAS, Ariangelo Hauer. *Estudo sobre Relação Universidade-Empresa: estudo de caso do Laboratório Interdisciplinar de Materiais Cerâmicos – LIMAC*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Silvio Antonio Ferraz Cário.
- ESTEVES, Daniela Exner da Carmona. *Análise da Indústria Têxtil-vestuarista nos anos 80/90: destacando a indústria têxtil de Joinville*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Hoyêdo N. Lins.
- FLORIANO, Jani. *Relação Interfirmas no Setor Metal-Mecânica de Santa Catarina: um estudo de caso da relação produtor-fornecedor da Empresa Brasileira de Compressores S/A – EMBRACO*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Silvio Antonio Ferraz Cário.
- GEUS, Lucio Marcos de. *A Indústria da Madeira Serrada no Município de Ponta Grossa: fatores determinantes da competitividade*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Edvaldo Alves Santana.
- GODOY, Paulo Roberto. *Estudo da Competitividade da Indústria de Papel de Imprensa Brasileira/Paranaense – período 1989/2000*. Florianópolis, 2001. Orient.: Prof. Laércio B. Pereira.
- GRANDE, Ítalo Sergio. *A Indústria de Cerâmica Vermelha Competitividade e Desenvolvimento: o caso do Paraná*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Edvaldo Alves Santana.
- GUIMARÃES, Carmen de Fátima. *O Posicionamento Estratégico da Brasil TELECOM: o caso da TELEPAR*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Hermes Yukio Higashi.
- JODAN, Johnny Rocha. *Capacitação Tecnológica e Desempenho Competitivo na Indústria de Papel de Embalagem em Santa Catarina*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Renato R. Campos.
- KLUG, Jonas Fernandes. *Estudos das Estratégias das Indústrias de Tubos e Conexões de PVC na Indústria Plástica Joinvillense nos anos 90*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Hoyêdo N. Lins.
- LEÃO, Francisco Carlos. *A Estrutura Produtiva e Organizacional do Setor de Papel e Celulose no Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. José Antônio Nicolau.
- LEONELLO, João Carlos. *Análise do Cluster Moveleiro de Arapongas – PR: condições, limites e possibilidades de desenvolvimento*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Silvio Ferraz Cário.
- LOCATELLI, Carlos Augusto. *Livre e sob Controle o Desafio de Regular a Mídia no Brasil*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Renato Ramos Campos.
- LOMBARDI, Laci. *Indústria Têxtil de Blumenau: consolidação e reestruturação*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Hoyêdo Nunes Lins.
- MACEDO, André Luiz Oliveira. *Esforço Tecnológico das Empresas Líderes no Segmento de Máquinas e Equipamentos de Santa Catarina na década de 90: o caso da EMBRACO e WEG*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Renato Ramos Campos.
- MAGHELI, Flávio Renato. *Desverticalização Produtiva e Relações Interfirmas no Aglomerado Têxtil-vestuário do Vale do Itajaí*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Renato Ramos Campos.

- MAIEVZKI, José Augusto. *Avaliação das Condições Competitivas na Indústria de Extração e Beneficiamento da Madeira na região Norte de Santa Catarina: um estudo de caso*. Florianópolis. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Silvio Antonio Ferraz Cário.
- MARQUES, Eduardo Lopes. *O processo de escolha do Município de Juiz de Fora como local para instalação da Montadora de Automóveis Mercedes-Benz*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Edvaldo Alves Santana.
- MARTINS, Valfrido Antonio. *Indústria de Clear Blocks no Paraná: Análise da competitividade diante da globalização e das mudanças estruturais ocorridas na década de 90*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Laércio Barbosa Pereira.
- MATTOS, Sandra Mara Matuisk. *Competitividade das Cooperativas Centrais de Laticínios no Paraná*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Hermes Yukio Higashi.
- MENDES, Pedro Henrique Valente. *Padrões de Concorrência e Competitividade no Mercado de Telefonia Móvel Celular*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Edvaldo Alves Santana.
- MENDES, Rosguel. *Uma Investigação sobre Empresas Multinacionais, Investimento Externo Direto e Transferência de Tecnologia: implicações para o Brasil nos anos 90*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Renato Ramos Campos.
- MERHY, Roberto Frederico. *Fatores Determinantes da Competitividade das Universidades Públicas Estaduais do Paraná*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Edvaldo Alves Santana.
- MEZZARI, Lino João. *Capacitação Tecnológica através da Relação com Fornecedores de Fibras Sintéticas: estudo de caso de uma empresa têxtil de Santa Catarina*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Renato Ramos Campos.
- MIRANDA, Joseane Borges de. *Competitividade Sistêmica no Setor de Cerâmica de Revestimento de Santa Catarina: aspectos macroeconômicos*. Florianópolis, 2001. Orient.: Prof. Edvaldo A.Santana.
- OLIVEIRA, Adilson Gomes de. *A estrutura e o Processo de Capacitação Tecnológica da Indústria Encarregadora de ônibus do Brasil*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. José Antônio Nicolau.
- OLIVEIRA, Márcio Rogério de. *Projeto de Cooperação ACIs – HWK Impactos nas ACIs e nas Micro e Pequenas Empresas Participantes dos Núcleos Setoriais das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina 1991-2000*. Florianópolis, 2001. Orient.: Prof. Luiz C.de Carvalho Jr.
- PEGORINI, Marco André. *Redes de Subcontratação na Linha Branca Produtora de Fio: estudo de caso da empresa Springer Carrier S/A*. Florianópolis, 2001. Orient.: Prof. José Antônio Nicolau.
- ROSSATTO, Giovana Maria. *As Relações Capital/Trabalho no Período 94/99: uma interpretação Marxista*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Nildo Domingos Ouriques.
- SÁ NETO, David Gomes de. *Estratégias competitivas: o caso da Termotécnica Ltda*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. João Rogério Sanson.
- SALEH, Munir. *O Desenvolvimento dos Setores Metal-mecânico, Automecânico e da Construção Civil e Arquitetura de Lages, através da Metodologia Alemã de Núcleos Setoriais*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Luiz Carlos de Carvalho Junior.
- SANTOS, Osvaldo Vieira dos. *Fatores Sistêmicos e Competitividade da Cadeia do Leite Brasileira e Catarinense diante do Novo Ambiente Econômico*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Laércio Barbosa Pereira.
- SIMINONI, Mauro. *Processo de Aprendizagem Produtor-usuário nas Empresas de Software de Joinville – SC*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Renato Ramos Campos.
- TEBCHIRANI, Flávio Ribas. *Economias de Aglomeração e Competitividade: o caso da indústria do turismo na cidade de Curitiba*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Hermes Yukio Higashi.
- VARGAS, Geraldo Teixeira. *Instituições e Organizações em Sistemas Locais de Inovação*. Florianópolis, 2001. Orientador: Prof. Renato Ramos Campos.

.....

*Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.*

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail [depcnm@cse.ufsc.br](mailto:depcnm@cse.ufsc.br). Home Page [www.cse.ufsc.br/~gecon](http://www.cse.ufsc.br/~gecon).

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins, José Antônio Nicolau, João R. Sanson (coord.editorial), Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer.*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*  
Apoio: Centro Sócio-Econômico